

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.206 - SP (2019/0355150-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FILIPE DIAS RODRIGUES - RJ148228
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADMILSON SILVA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ADMILSON SILVA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2221193-92.2019.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente e denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando haver excesso de prazo para formação da culpa.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos do acórdão (e-STJ fls. 42/45).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que há excesso de prazo para formação da culpa, uma vez que o autuado encontra-se preso há mais de 1 ano e meio, sem que a audiência concentrada tenha sido designada.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Superior Tribunal de Justiça

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, quanto à alegação de excesso de prazo, vale lembrar que eventual constrangimento ilegal não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, sendo necessário aguardar a vinda de novas informações.

Ainda, de acordo com o Tribunal de origem (e-STJ fls. 43/45):

[...]. O Paciente é acusado da prática de homicídio qualificado (motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima). Ele está foragido desde a fase inquisitiva. A denúncia foi oferecida no ano de 2018 e a prisão preventiva foi decretada em 14/3/2018. O mandado de prisão foi cumprido em 17/4/2018, no Estado de Mato Grosso do Sul. O magistrado deprecou a citação e requereu a remoção do Paciente. A citação se deu em 25/5/2018. O procedimento de remoção, envolvendo os presídios das duas unidades da Federação, iniciou-se em julho de 2018 e somente em outubro de 2019 foi autorizada a providência. Aguarda-se a inclusão do Paciente no Centro de Detenção Provisória Guarulhos I.

Pois bem.

Ainda que o procedimento de remoção tenha tardado mais de um ano para ser concluído, não é caso de reconhecer o excesso de prazo, pois além da demora não ter decorrido de desídia do juízo (que empreendeu todos os esforços para que a remoção se desse o mais breve possível, mas providência extrapola sua alçada, pois fica a cargo das Administrações Penitenciárias de cada unidade da federação), cotejando o tempo de prisão provisória com a pena que poderá vir a ser aplicada em caso de condenação, não emerge, ainda, desproporcionalidade.

De mais a mais, toda essa demora deve ser atribuída, inicialmente, ao Paciente, que resolveu se evadir do distrito da culpa; tivesse ele permanecido no Estado de São Paulo, certamente hoje sua situação processual já estaria definida. O que quero dizer é não pode ele beneficiar-se, agora, do próprio comportamento, considerando que foi ele quem deu início à série de entraves ao bom andamento do feito.

Superior Tribunal de Justiça

De mais a mais, se colocado em liberdade certamente o Paciente tornará a se evadir.

A situação ainda não é extrema, o crime do qual o Paciente é acusado possui gravidade "in concreto" e há risco à ordem pública e à instrução caso seja colocado em liberdade, motivo pelo qual entendo que, por ora, entendo que a prisão deve persistir. [...].

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator